

Sarney quer trabalhador nas decisões nacionais

Arquivo

«Chegamos ao 1º de Maio de cabeça erguida, podendo apertar a mão de todos os trabalhadores do Brasil», disse, ontem, o presidente José Sarney, de improviso, ao apresentar o balanço das realizações de seu Governo na área trabalhista, durante solenidade alusiva ao Dia do Trabalho.

Durante 20 minutos, na presença de 14 ministros, do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Queiroz, de parlamentares e lideranças sindicais, o Presidente defendeu o acerto das medidas governamentais em todos os setores, conclamou os trabalhadores a participarem mais das decisões nacionais e destacou que fez o possível «para que os brasileiros encarem o futuro com segurança e serenidade».

«Tenho a consciência tranqüila que neste ano que governei o País, tenho dado aos trabalhadores a posição a que têm direito na Nação», frisou.

A esta declaração, seguiu-se o anúncio das seguintes medidas: 1) — regulamentação do seguro-desemprego criado pelo Decreto 2.284, que instituiu o programa de estabilidade econômica; 2) — inclusão do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e de um representante dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional; 3) — encaminhamento ao Congresso do projeto de lei criando o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas; e 5) — a sanção da lei criando 114 Juntas de Conciliação e Julgamento em todo o País, e a obliteração do primeiro selo da série em homenagem ao Dia do Trabalho.

Prometeu ainda que enviará «muito em breve» ao Congresso Nacional projeto de lei acabando com a contribuição de aposentados e pensionistas à Previdência Social.

Como representante dos Trabalhadores, discursou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Orlando Coutinho, tendo afirmado que os trabalhadores compareciam à solenidade num momento particularmente histórico, «às vésperas de Primeiro de Maio, de um primeiro de maio de significado especial quando irão reverenciar o centenário dos mártires de Chicago».

«Se o fazem com o sentimento por aqueles mártires o fazem também manifestando o seu júbilo pelas conquistas sociais por eles obtidos nesse século. Estão os trabalhadores gratos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, por ter dado curso aos compromissos assumidos pela Nova República com as classes trabalhadoras. Em atitude corajosa debelou-se a inflação; em atitude destemida, combateu-se a improdutiva especulação financeira estabelecendo condições para o soerguimento da Nação» — disse o Sr. Orlando Coutinho.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, por sua vez, declarou ser gratificante sentir que, através de atos concretos em favor dos trabalhadores, o presidente José Sarney, «atende as suas reivindicações dentro das possibilidades da Nação, mas abrindo horizontes para atendê-las em futuro próximo com ainda maior vigor».

«Ninguém mais do que Vossa Excelência, Senhor Presidente, hoje nesta Nação, pode se dirigir aos trabalhadores do Brasil, porque ninguém mais do que Vossa Excelência tem o respaldo do povo, de todos os segmentos sociais, inclusive dos trabalhadores. Portanto, é Vossa Excelência o trabalhador que também homenageamos hoje como os milhões de trabalhadores brasileiros» — destacou o ministro Antônio Carlos Magalhães.

Já o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que também discursou disse que «desde sua instalação, a 15 de março de 1985, o Governo da Nova República deu cabal demonstração de possuir um projeto, e do acerto com que se houve na sua formalização e execução». «Cuidou-se de dizer que não se aceitava a recessão e o desemprego, retomando-se o desenvolvimento e combatendo-se a pobreza, com a valorização dos salários reais feitas através de medidas de governo, como através de negociações livres e diretas» — disse o ministro do Trabalho, para acrescentar:

«Inaugurado sob o temor da reescalada da inflação, este ano está sob o domínio do programa de estabilização econômica. Passamos a viver sem o temor da perda do poder aquisitivo dos salários e estamos aprendendo a preservar a contenção dos preços».